

# N NOTÍCIAS DA AMADORA A

## semanário popular

N.º 658 — ANO XV  
27 DE ABRIL DE 1974

Queiram considerar-me ASSINANTE DO «N. A.», pelo período de  6 meses  12 meses.

A cobrança efectuar-se-á por:  cheque  vale dos C.T.T.  vosso intermédio.

NOME .....  
MORADA .....  
IDADE ..... PROFISSÃO .....

Cola e envia num postal para «N. A.», Rua Elias Garcia, 245-2.º Esq. — Amadora.

PREÇO AVULSO: 5500

AVENÇADO)

### Os laboratórios de medicamentos contra a baixa de preços

Que os «patrões» fabricantes de medicamentos não queiram baixar os preços, não espanta ninguém, até porque seria trair os interesses da classe pensar o contrário! Ora o que nos espanta é que se diga haja falta de rentabilidade no sector da indústria farmacêutica e outras balelas. Pois isto e mais coisas foram afirmadas na tomada de posse da nova direcção do Grémio Nacional dos Industriais de Especialidades Farmacêuticas. Mais coisas foram, por exemplo, proferidas pelo comendador António Diogo Bravo, presidente do referido organismo, a propósito duma notificação recebida do governo para uma possível rectificação de preços: «A situação parecia desesperada, pois não se tratava apenas de deter a baixa; tratava-se igualmente de se obter a compreensão das entidades oficiais com o fim de permitir a rectificação dos preços no sentido da alta».

Recorde-se que é neste sector que se têm verificado as maiores taxas de lucro e paralelamente onde se tem dado ultimamente alguns conflitos de trabalho de certa relevância e que «N. A.» tem largamente noticiado (recorde-se, por exemplo, os casos dos laboratórios LEFETIT, da HOECHST e NOVIL).

Resta acrescentar que presidiu ao acto a que nos temos estado a referir, o deputado Sebastião Alves, presidente da assembleia geral cessante.

# França: a alternativa



A eleição presidencial francesa do próximo 5 de Maio, vem encontrar a França mergulhada na crise comum dos países do sistema capitalista.

Há pouco mais de um ano, os partidos governamentais afirmaram que uma vitória da esquerda nas eleições legislativas de Março de 1973 traria consigo a inflação, a alta dos preços, a fuga de capitais, o desemprego, a insegurança no futuro, etc.

A esquerda falhou por pouco a maioria e Messmer, Giscard d'Estaing, sob a autoridade de Pompidou, sucederam a si próprios; todos os males que atribuíam a um governo de esquerda constituem, hoje, a realidade da França e do seu povo.

Não é, pois, difícil de prever o que se passará após 5 de Maio se os homens da maioria actual mantiverem o poder. Diferente, porém, será uma França governada à luz do Programa Comum.

E difícil, senão impossível, resumir em algumas frases o Programa Comum, mas pode, de qualquer modo tentar-se o enunciado das suas grandes linhas de inspiração.

«Viver melhor, mudar a vida», é o título do primeiro dos quatro capítulos que o compõem e é também o seu objectivo central. Prioridade às medidas sociais, eis a palavra de ordem de um eventual novo governo, que se propõe tomar todas as medidas necessárias para assegurar uma progressão regular do poder de compra dos salários.

Um novo salário mínimo mensal, nacional e interprofissional, será fixado e revisito regularmente, segundo um índice de preços, estabelecido com o acordo das organizações sindicais, prevê o Programa Comum, que acrescenta: Este salário mínimo aumentará mais depressa que a média dos salários. A estabilidade dos preços será um objecto permanente.

Paralelamente, o Programa Comum propõe a melhoria das condições de trabalho, com a redução para a semana de 40 horas sem redução de salários e o reconhecimento do direito à reforma aos sessenta anos para homens e cinquenta e cinco para as mulheres. Mais: **As pessoas idosas**

SEGUIR NAS PAG. CENTRAIS >

## 25 de Abril

Na madrugada de 25 de Abril, e na sequência de ampla movimentação que nos últimos tempos vinha desencadeando, o Movimento das Forças Armadas — composto essencialmente por capitães, oficiais subalternos e cadetes, mas contando com o apoio de outras patentes dos três ramos das forças armadas — levou a efeito uma acção tendente a derrubar o governo e o regime vigente há longos anos.

A operação começou com a ocupação dos estúdios do Rádio Clube Português por forças do Batalhão de Caçadores 5. A estação, a partir de então falando em nome do posto de comando do Movimento das Forças Armadas, passou a emitir canções populares portuguesas, marchas militares e comunicados do Movimento, sendo do seguinte teor o emitido pelas 11 horas da manhã:

Aqui, Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas informam que, de Norte a Sul do País, dominam a situação e que, em breve, chegará a hora de libertação. Reafirma-se o desejo veemente de evitar derramamento de sangue. Mas igualmente se reafirma a decisão de responder decidida e implacavelmente a qualquer oposição que as forças militarizadas e policiais pretendam oferecer. Recomenda-se de novo à população que se mantenha calma e nas suas residências para evitar incidentes desagradáveis, cuja responsabilidade caberá integralmente às poucas forças que se opõem ao movimento.

(...) Ciente de que interpreta fielmente os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá inabalavelmente a missão que a sua consciência de portugueses e militares lhes impõe. Viva Portugal!

Sensivelmente à mesma hora, a estação oficial francesa, ORTF, em correspondência de Lisboa, afirmava estar já constituída uma Junta Militar de Governo Provisório que tinha por intenção o saneamento do País e a marcação de eleições.

A B. B. C. noticiou a acção do Movimento das Forças Armadas lendo um comunicado deste em que afirma pretender restaurar as liberdades em Portugal. Uma Junta Militar formaria um governo de transição até à marcação de eleições livres. Os generais Spínola e Costa Gomes teriam aderido ao movimento.

Numa conversa gravada e divulgada pela rádio, as forças afectas ao governo mostravam-se preocupadas com os acontecimentos tendo afirmado que a população que se encontrava no Carmo, não os hostilizava por os julgar pertencentes ao Movimento.

Muitos milhares de pessoas manifestaram nas ruas de Lisboa o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas, vitorizando as tropas que se dirigiam para o Quartel da GNR do Carmo onde o Governo se encontrava refugiado.

Entretanto, cerca das 16 horas, a Comissão Executiva do Movimento CDE de Lisboa tornou pública uma declaração na qual afirmava nomeadamente considerar positivas todas as acções que conduzam ao derrube do regime que há 50 anos oprime o povo português, e sublinhava que o derrube do regime nunca deixará de ser apenas um primeiro passo para a resolução dos problemas do País numa perspectiva efectivamente popular.

A cidade segue emocionada os últimos acontecimentos que já são históricos.

### ÚLTIMA NOTÍCIA O GOVERNO CAIU!

O ex-presidente Marcello Caetano e o seu ex-governo entregou-se ao Movimento das Forças Armadas, às 18 horas do dia 25.

Dada a antecedência com que é composto e impresso o «Notícias da Amadora», não é possível neste número adiantar mais pormenores.

# APOIE O «N. A.»

Atravessamos um momento difícil, talvez decisivo na vida deste semanário. O presente número é disso uma prova evidente.

Por isso fazemos hoje um apelo aos nossos amigos, assinantes e leitores para que, na medida do

possível, nos apoiem, Novos assinantes; renovação, desde já, das assinaturas; colaboração; etc. Valem e são bem vindas todas as formas de apoio.

A situação em que nos encontramos deve-se à intervenção da D. G. S. nas oficinas do nosso jornal. Contamos convosco e tentaremos continuar.

# Jogos Juvenis

Sousa Ferreira

Realizou-se, nos passados dias 6 e 7 do corrente mês, na pacata e silenciosa vila da Moita do Ribatejo, o II Encontro das Comissões Organizadoras de Jogos Ju-

**A orgânica geral proposta seria:**

- Secretariado Nacional da Juventude;
- Centro Piloto do Desporto Juvenil;



venis. O I Encontro foi realizado na cidade de Setúbal, em 1972.

Pelas diversas comissões representadas neste Encontro, foram apresentadas teses temas, sendo diversos os aspectos analisados.

Quando às teses apresentadas todas deram motivos para muito diálogo e, na verdade, foram as conclusões a que se chegou, todas elas aprovadas pelos representantes das diferentes comissões.

Da análise a este Encontro daremos prioridade à tese de Guimarães.

Que tem de especial a tese de Guimarães?

A comissão organizadora dos Jogos Juvenis de Guimarães segundo fomos informados, encontra-se ligada ao Centro da Juventude dessa mesma cidade.

A tese apresentada consta, sumariamente do seguinte:

Após uma breve introdução, podemos ler o seguinte:

«A importância dos Jogos advém de serem:

— Factores de Educação e Elementos Educativos;

— Possibilitarem o Desporto da Massa em oposição ao Desporto de elite.

Têm, pois, que ser mais que simples entretenimento de férias.»

Se colocarmos a questão: COMO?

Eis a resposta:

«Devem tornar-se Nacionais, indo até onde o desporto escolar não pode ir ou substituir mesmo o desporto escolar (que não é o desporto da escola) o que podem fazer com vontade.

este tema: é como disse o resultado de um trabalho apresentado no I Encontro.

**C. Branco** — Acho que esta ideia é má. Sei que na verdade quem está ligado aos Centros de Juventude tem mais facilidade de adquirir material para diversos trabalhos. Mas não concordo com a integração.

**Almada** — Segundo observo esta organização proposta não é aceite pela maioria das comissões.

Os Jogos Juvenis não resolvem muitos dos problemas dos jovens mas tentam tratar deles. Os jogos pretendem corrigir erros de organizações, se fossem integrados podiam ser levados a cometer os mesmos erros.

**Barreiro** — O Barreiro já esclareceu qual a sua atitude em relação a este problema; se... no que respeita a formação de comissões se modificasse, aquilo por que nós trabalhamos à uma quantidade de anos teria fim. Não!

**C. Branco** — Nós estamos dentro do problema dos Jogos Juvenis, há muito ligados a este fenómeno desde que os vimos nascer.

Os jogos nasceram por «carolice». Sem dúvida, por «carolice» já vi muito, por obrigação não vi nada, é da boa vontade do povo que na verdade se tem visto alguma coisa... neste momento só me aprez dizer que continue a boa vontade do Valegas...

**Barreiro** — Pelo menos nós, enquanto continuarmos assim... continuaremos. Os jogos são livres e livres devem continuar a ser!

O diálogo prolongou-se, mas, de facto esta tese foi colocada de lado, tal como lhe aconteceu em 1972.

Perante este problema limito-me a pôr estas questões; a si, amigo leitor, cabe o dever de analisar esta situação, ou seja, efectuar uma síntese do assunto em questão; eis as perguntas:

— Porquê uma justiça a oficialização dos jogos?

— Onde a justiça? Como justiça?

— Será limitado o facto de os jogos existirem ligados aos particulares (aqueles que os criam), o povo?

— Para quê a necessidade de serem a nível nacional?

— Serão os jogos alguma competição tipo clubista?

— Porquê terminarem precisamente a 10 de Junho?

Esquecem que os jogos têm sua força precisamente a partir dessa data? Não sabem quais as causas dos jogos?

— Para quê um festival?

— Que eu saiba desporto-cultura não se resume a festivais, mas sim à prática constante. Ou estou equivocado?

n.a.

## semanário popular

Propriedade de Notícias da Amadora, S.A.R.L.

Coordenador-geral  
ORLANDO GONÇALVES

Director  
CARLOS CARVALHAS

Chefe de Redacção: JOÃO PAULO GUERRA

Redacção: ARLINDO MOTA, BLASCO HUGO FERNANDES, CAIANO FERREIRA, CORREIA DA FONSECA, HELENA NEVES, MURADALI MAMADHU, SEN, ORLANDO CÉSAR e SÉRGIO RIBEIRO

A COLABORAÇÃO DOS NOSSOS LEITORES

«Notícias da Amadora» deseja a participação activa dos seus leitores. Contudo, reserva-se o direito de seleccionar a colaboração que lhe for remeida. Os originais não publicados não serão devolvidos.

Redacção e Administração

RUA ELIAS GARCIA, 245, 2.º ESQ. ♦  
AMADORA • ☎ 93 36 43

Composição e Impressão

OFICINAS GRÁFICAS N. A., LDA.  
R. 2, À R. PROF EGAS MONIZ, L. 4  
BURACA • ☎ 97 60 23

CONDIÇÕES DE ASSINATURA:

Metrópole e Ultramar (via normal)... 6 meses — 80\$00 • 12 meses — 160\$00  
Ultramar (avião) ..... 6 meses — 223\$00 • 12 meses — 446\$00  
Estrangeiro (via normal) ..... 6 meses — 125\$00 • 12 meses — 250\$00

Estrangeiro (avião) — Valor normal de assinatura, acrescido das taxas postais em vigor.

Publicidade: tabela em vigor desde 1 de Junho de 1973

DISTRIBUIDOR PARA O PAÍS: AGENCIA INTERNACIONAL DE LIVRARIA E PUBLICAÇÕES, LDA.

Destê número de «Notícias da Amadora» efectuou-se uma tiragem de 10 000 exemplares

em directo com os leitores

## A Previdência em questão

**Nova peça para um mesmo processo:** nova carta do leitor António Manuel de Jesus Rodrigues, anterior, aliás, à que publicamos ultimamente e que passou à frente por questões de prioridade. Esclarecedora duma situação, aqui a deixamos como valioso testemunho que constitui.

Senhor Director:  
Tenho a agradecer a V. a publicação da minha carta no número de 2 do corrente.

Queria também agradecer publicamente, as palavras de estímulo e solidariedade, dos amigos, D. Maria C. C. Quintanilha e sr. José Manuel Aguiar Silva, publicadas no número de 9, também do corrente.

Entretanto, aproveito a oportunidade para contar mais alguma coisa sobre o caso, que ainda não acabou.

Querendo saber os motivos porque a minha mulher morreu, como logicamente se compreende, resolvi entregar pessoalmente, no Posto de Barão de Nova Sintra, do Porto, onde a minha mulher se andava a

tratar, um requerimento, pedindo a título devolutivo, que me cedessem as radiografias que aquela tinha tirado. Isto em 25-1-74.

Quem recebeu esse requerimento, disse que passasse pelo posto a meio da semana seguinte, para saber a resposta.

Como eu já estivesse nessa altura a trabalhar, pedi a um amigo que lá fosse por mim.

Esse amigo, no dia 30 do mesmo mês, lá se deslocou ao Posto, a fim de saber a resposta.

Lá disseram-lhe, então, que dada a gravidade do caso e a responsabilidade que os Serviços da Caixa tinham na cedência de meios de diagnóstico aos beneficiários, o director dos Serviços Clínicos, do referido Posto (a quem era dirigido o requerimento), resolvera remeter o caso para os Serviços Centrais, sitos na Rua das Doze Casas, 143, Porto, e que aguardasse resposta, que seria dada por escrito.

Esta efectivamente veio, em officio datado de 14-2-74 e com as referências, n.º

048 263, 62/J.M./1, dizendo que eu deveria informar os Serviços da Caixa, qual a entidade a quem se destinavam a ser presentes, os «meios de diagnósticos», por mim pedidos.

Em carta de 23-2-74, eu respondi-lhes que as radiografias pedidas se destinavam a ser presentes a uma equipa de médicos particulares, que diriam, dentro da sua competência, quais as vias que deviam ser seguidas.

Até à data, ainda não recebi qualquer resposta a essa carta.

Sr. Director: mais uma vez, agradeço a sua atenção para o meu caso e aproveito a oportunidade, para lhe comunicar que estou resolvido a ser assinante do seu jornal.

Sendo assim, solicito que me enviem, se possível, já o próximo número, cuja assinatura em breve pagarei por vale do correio.

Sem mais, subscrevo-me, com as minhas mais cordais saudações,

ANTÓNIO MANUEL DE JESUS RODRIGUES

ESTA SEMANA DEVE LER

AS FIRMAS MULTINACIONAIS

e o processo de internacionalização

CHRISTIAN PALLOIX

BIBLIOTECA ECONOMIA CONTEMPORANEA — N.º 7

PREÇO: 90\$00



EDITORIAL ESTAMPA

COLÓQUIO

PASTELARIA • CERVEJARIA

SERVEM-SE LANCHES PARA CASAMENTOS E BAPTIZADOS

SERVICO ESMERADO

COLÓQUIO

RESTAURANTE • SNACK-BAR

RUA ANTÓNIO SARDINHA, N.º 14-A (BAIRRO JANEIRO) TELEFONE 937112

# Entrevistas

to agitado. Os espiritos andavam perturbados, as propagandas desenfeadas, e os conluios e conspirações faziam-se e desfaziam-se ao sabor das manobras dos que ambicionavam travar o passo ao ressurgimento nacional que, então, se inicia. Foi na altura em que na Madeira eclouiu uma intenção que marcaria o fim do aventureirismo de uns quantos que por essas épocas, intentavam usar as Forças Armadas procuran- do fazê-las intervir em dis- sidências da política que nada tinham a ver com os interesses da Nação.

Também na mesma época, fui testemunha de agi- tação académica intensa e pude ver, de perto e em

acção, os activistas da de- magogia posta ao serviço dos que visam derrubar o Governo e reinstaurar fór- mulas políticas que o País quase unanimemente repu- diaria.

Após fazer o elogio da «burguesia portuguesa» e exaltar o «sadio conserva- dorismo», disse:

Claro que muitas destas coisas nem todos as enten- derão: os estrangeiros de dentro e os estrangeiros de fora, como sucede agora com tanta insistência com certas vozes que falam por- tugues em estação da rádio inglesa, preocupada em di- zer-nos todos os dias o que se passa na nossa terra, in- diferentes a que verifique- mos — diariamente também

— a mentira das suas infor- mações.

■ O «CASO DE MONSANTO»

Segundo noticia o «Ex- press» da passada semana, encontra-se em ponto mor- to o «caso de Monsanto».

Dizia aquele semanário:

Os mandados de captura, promovidos pelo Tribunal de Loures, onde os réus de- verão responder pela impu- tação de rapto, violação, roubo e atentado ao pudor na pessoa de duas jovens, vêm efectivamente, desde a data em que principiaram a ser emitidos, a saldar-se por sistemáticas certidões

negativas, que já originou a des- pachamento do delegado do Ministério Público do referido Tribunal. Punha-se nesse despacho em dúvida a autenticidade das razões de inviabilidade da execu- ção dos mandados, cons- tantes das certidões, solici- tando-se novas diligências para a captura dos réus. O delegado afirmava textual- mente levantar-se a natural suspeita que as mesmas sejam normais expressões da verdade». E sublinhava, referindo-se à razão unifor- memente registada nas cer- tidões, que era a da ausên- cia dos réus do domicílio paterno: «Então os pais (...) deixaram partir os seus filhos sem de todo sabem- para onde?»

Os cinco arguidos, que são José Diogo Sotto-Mayor da Silva Pereira, João Afonso de Albuquerque Cabral Sacadura, Nuno Manuel Vaz Amigo de Figueiredo, Nuno Manuel Sotto-Mayor Megre e António Maria Dias Feio Bravo, todos de idade entre os 22 e os 25 anos, incor- rem, pelos delitos que lhes atribui o despacho de pronúncia do Tribunal de Lou- res, em penas de prisão maior entre 12 e 16 anos.

Este processo de Loures é um dos cinco movidos contra os mesmos jovens pelos motivos apontados. Dois acham-se em curso no 3.º Juízo Criminal, onde o respectivo julgamento foi adiado; outros dois encon- tram-se em arrastada fase de instrução preparatória na Polícia Judiciária. O quinto processo é o que se- rá apreciado em Loures.

■ OS RECURSOS DA FORÇA INTERIOR

De António Champallimaud, além de sabermos que era a 6.ª fortuna da Europa, financeiro e ban- queiro destacado do capita- lismo português, e com lar- gos interesses em Angola e Moçambique, onde, aliás se encontra em visita às suas empresas, ficamos a saber que acredita nos dons ofere- cidos pela força interior. De facto, Champallimaud afirmou mui recentemente: «Quando um homem apre- nde a viver essencialmente dos recursos da força inter- ior e deixa-se guiar pelas normas estritas que ela lhe dita, geram-se em si as certezas que lhe asseguram a tranquilidade. E então a coerência e a firmeza de atitudes são a sua conse- quência natural».

■ UM DISCURSO

Discursando na cerimónia de tomada de posse do Go- vernador Civil do Porto, o ministro do Interior evocou os seus tempos de estudante e liceal. Disse o dr. César Moreira Batista:

Era um momento da vida nacional politicamente mul-

## Texsa portuguesa — Impermeabilizantes para a Construção Civil, S.A.B.L.

### Relatório e Contas do exercício de 1973

#### RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Excelentíssimos Senhores Accionistas:

Vimos apresentar à apreciação de V. Ex.ª o Relatório, Balanço e Conta de Ganhos e Perdas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1973. No domínio da nossa actividade cada vez se fez sentir mais a impor- tância de uma concorrência desmesurada que conduz a péssimos resultados na conjuntura actual.

Por outro lado, o agravamento pronunciado e constante do aumento das matérias-primas que teve o seu início no decorrer do exercício em questão, foi pouco promissor e deixa-nos antever sérias e graves perspec- tivas para o futuro.

Assim se justificam os modestos resultados obtidos na exploração a que, felizmente, não estamos habituados.

Outra causa predominante foi a conservação dos preços até fins de Setembro, apesar do elevado acréscimo provocado pelo aumento das matérias- primas, a fim de permitir, desta maneira, que as nossas distribuidoras adusessem respeitar integralmente as posições assumidas quando da apre- sentação dos seus orçamentos.

Como é do vosso inteiro conhecimento a adjudicação dos trabalhos na nossa actividade é por vezes bastante morosa e, por isso, só o nosso espírito de sacrifício pôde fazer prevalecer os preços anteriormente esta- belecidos.

Não fossem esses factores e estaríamos em presença de mais um exer- cício normal, pois as vendas aumentaram de 1200 contos em relação ao anterior.

As cifras atingidas estão longe do objectivo pretendido, mas estamos esperançosos que, apesar das dificuldades que se nos deparam, consequen- tes no ano de 1974 um volume de vendas já bastante satisfatório.

A conta de Ganhos e Perdas apresenta o saldo de Esc. 555 577906 para o qual propomos a seguinte aplicação:

5% para o Fundo de Reserva Legal	Esc.	19 000400
Fundo de Reservas Livres	»	350 000900
Saldo para a conta nova	»	186 577906
	Esc.	555 577906

É com grande mágoa que nos referimos à perda do nosso colega e querido Amigo Eng.º Joaquim Fausto Janela Lucas.

Eleito em Maio de 1973 Administrador da Vossa Sociedade veio a falecer no mês seguinte, ou seja em Junho, vítima por um brutal acidente de automóvel.

Não foi o curto espaço de tempo que o ligou à Vossa Sociedade como Administrador que lhe granjeou a nossa estima e admiração, mas sim os seus preciosíssimos conselhos técnicos sobejamente conhecidos e a sua dedica- ção de há longos anos à Vossa Sociedade.

Das suas qualidades de inteligência e dinamismo muito havia que espe- rar, pelo que deixou no nosso Conselho de Administração um lugar difícil de preencher.

Por fim vão os nossos sinceros agradecimentos para os nossos Ban- queiros que tanta confiança têm depositado na Vossa Sociedade, para o Digno Conselho Fiscal que tão boa colaboração nos prestou e para os nossos empregados pelo seu bom espírito de dedicação.

Quefuz de Baixo, 25 de Fevereiro de 1974

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Eusébio de Zuloaga Amat — Presidente  
Mário dos Santos Nogueira

#### BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ACTIVO		PASSIVO	
<b>DISPONÍVEL</b>			
Caixa	30 418320		
Depósitos em Bancos	3 375 166351	3 405 583651	
<b>REALIZÁVEL</b>			
Clientes	4 788 022380		
Devedores Gerais	1 383 931490		
Letras a Receber	686 526390	6 863 475900	
Mercadorias Gerais	491 726350		
Matéria-Prima	2 020 470900	2 512 196900	
<b>IMOBILIZADO</b>			
Terreno	348 756340		
Edifício da Fábrica	974 693845		
Edifício do Armazém	1 050 103340		
Máquinaria	1 126 694310		
Mobiliário e Material	270 936350	3 794 095345	
MARCAS E PATENTES		625 000500	
<b>CONTAS A AMORTIZAR</b>			
Despesas de Instalação		67 696360	
	<b>17 268 048336</b>		
<b>O TECNICO DE CONTAS</b>			
Maria Mameleta Santos Sabino			

#### DESENVOLVIMENTO DA CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

DEBITO		CREDITO	
CUSTO DAS MATERIAS PRIMAS	9 420 778330		
ORÇÁOS SOCIAIS	\$		
PESSOAL	1 087 810380		
ENCARGOS FISCAIS	690 337360		
ENCARGOS PARAFISCAIS	261 955410		
ENCARGOS COM PUBLICIDADE	5 097300		
OUTROS ENCARGOS	1 665 196370	3 580 389460	
AMORTIZAÇÕES	340 275330		
SALDO	855 577395		
	<b>13 906 020326</b>		
<b>O TECNICO DE CONTAS</b>			
Maria Mameleta Santos Sabino			

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Eusébio de Zuloaga Amat — Presidente  
Mário dos Santos Nogueira

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Senhores Accionistas:

De conformidade com a lei e as disposições estatutárias, procedemos no decorrer do exercício findo ao exame das contas e verificação dos valores patrimoniais, tendo encontrado tudo sempre na devida ordem, pelo que o Balanço e a conta de Ganhos e Perdas merecem a nossa inteira aprovação.

Para o bom desempenho da nossa missão recebemos da Administração todas as provas e os esclarecimentos necessários.

Damos o nosso acórdio aos critérios valorimétricos adoptados pois estão de harmonia com a legislação fiscal e representam, realmente, a exactidão dos valores patrimoniais constantes do balanço.

No decorrer do exercício, sofreu a Vossa Sociedade a perda do Administrador Eng.º Joaquim Fausto Janela Lucas, a cuja memória rendemos as nossas mais sentidas homenagens.

Terminando, temos o prazer de Vos propor:

- 1.º — Que aprovei o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração;
- 2.º — Que aprovei a sua proposta para a aplicação dos resultados do exercício findo;
- 3.º — Que aprovei um voto de louvor ao Conselho de Administração pelo muito zelo e reconhecida competência com que geriu os negócios da sociedade;
- 4.º — Que Vos associai aos votos de agradecimento propostos pelo Conselho de Administração.

Quefuz de Baixo, 28 de Fevereiro de 1974.

O CONSELHO FISCAL  
Guillermo Roca Fort — Presidente  
Mário Manuela Santos Sabino

**STAND QUEIRÓS**  
de AGOSTINHO S. QUEIRÓS

CONCESSIONÁRIOS:  
CHRYSLER • SIMCA • SUN-  
BEAM • AUDI • IMOSA •  
MORRIS • MG  
CARROS USADOS COM GA-  
RANTIA

Estrada Alto Maduro,  
10 D - 10 E  
AMADORA  
Telef. 93 51 15 e 93 99 81

Uma organização ao serviço do automóvel  
Experimente também!...

**Tavares & Tavares, Lda.**

• Transformações de furgonetas para mistas de todas as marcas  
• Restauração das mesmas

**BATE-CHAPA • PINTURA • ESTOFADOR**

Trabalho de 1.ª  
TRAVESSA DA FALAGUEIRA, 10-14 • AMADORA  
Beirão Bosque • 93 74 30

Apoie o «Notícias da Amadora»

NOTÍCIAS DA AMADORA — 3

### RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### SENHORES ACCIONISTAS:

1.—Dando satisfação aos preceitos legais e estatutários, temos a honra de submeter à apreciação de V. Ex.<sup>as</sup> o Relatório deste Conselho e o Balanço e Contas da Empresa, relativos ao exercício que findou em 31 de Dezembro de 1973.

2.—A actividade da Empresa, apesar de afectada pelos mesmos condicionamentos expressos em Relatórios anteriores, manifestou nítida tendência de recuperação. A nova sede e instalações fabris já transferidas para o Cerro da Murta, Queluz, permitiram uma gestão mais operacional que acompanhou um maior dinamismo empresarial. Concluiu-se a construção do imóvel, dito lote 2, à Rua Dr. Azevedo Neves, Alto da Mina, Amadora, já quase todo vendido em propriedade horizontal e com o qual se ocupou basicamente a actividade produtiva da Empresa enquanto se ultimavam os estudos de lançamento de novos fabricos industriais, o que ocupou grande parte do exercício anterior e do presente. Em meados do presente exercício foi possível iniciar-se a construção das Instalações Fabris na Quinta do Palheiro, lote 1, Estrada da Barra Cheta, Moita, em terreno próprio comprado para o efeito, onde se montará numa 1.<sup>a</sup> fase a linha de produção de armaduras pré-fabricadas para betão que se espera poder arrançar no fim do 1.º trimestre do corrente ano.

3.—O resultado líquido do exercício, depois de constituídas as provisões e as amortizações tidas como adequadas, totaliza

Esc.: 332 406\$30

que propomos transite em saldo a favor da conta de Lucros e Perdas.

4.—Cumpre-nos manifestar o nosso agradecimento ao vosso digno Conselho Fiscal, pela ajuda e cooperação que lhe somos devidos. E em conformidade; temos a honra de vos propor que lhe fique exarado na Acta um voto de louvor.

5.—E cumpre-nos ainda manifestar igualmente a todos os nossos colaboradores que dedicadamente se houveram no desempenho das suas funções o nosso vivo agradecimento.

Lisboas, 28 de Fevereiro de 1974.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Gen. Eng.º Flávio dos Santos—Presidente  
Maria Isabel José de Mello Arouca  
Eng.º Dr. Luís Arouca  
Eng.º António Fuchini Serra  
Eng.º José Joaquim Arantes Pedroso dos Santos

### VALORES PATRIMONIAIS

CIRCULANTE		ACTIVO		PASSIVO	
a) Espécies	9 584\$80			IMEDIATO	
Bancos	1 218 387\$80	1 227 972\$60		a) A Curto Prazo	
b) Créditos				Fornecedores	2 281 813\$80
Clientes	9 461 411\$80			Letras a Pagar	335 116\$00
Clientes duvidosos	582 707\$40	10 046 598\$60		Imposto de Transacções	33 980\$40
Depósito p.º garantia	2 419\$40			b) A Médio Prazo	
c) Existências				Financiamentos	7 525 000\$00
Armasen	60 118\$20	60 118\$20	11 334 889\$40	c) A Longo Prazo	
IMOBILIZADO				Financiamentos	5 000 000\$00
a) Corpóreo				Fornecedores Estrangeiros	2 588 532\$30 17 764 442\$50
Instalações — Cerro da Murta	3 077 711\$10			PROVISÕES	
Reintegrações	131 842\$00	2 945 859\$10		Provisões para Clientes Duvidosos	378 400\$00
Instalações — Moita	3 860 252\$70	3 820 047\$70		INICIAL	
Reintegrações	40 205\$00			Capital	6 600 000\$00
Equipat.º Industrial — Cerro da Murta	46 090\$20	37 194\$00		ADQUIRIDA	
Reintegrações	8 886\$20			Lucros e Perdas	
Equipat.º Industrial — Moita	5 216 204\$40	5 107 552\$00		— do exercício	332 406\$30
Reintegrações	108 652\$40	6 467\$80		— de exercícios anteriores	1 135 564\$30
Equipamento de Transporte	27 935\$50				34 475 248\$60
Reintegrações	21 467\$70	55 843\$30			
Equipamento de Escritório	67 826\$80				
Reintegrações	11 863\$50	11 972 973\$50			
b) Incorpóreo					
Despesas de Organização	48 031\$70	32 021\$20	12 004 995\$10		
Amortizações	16 010\$50				
ACTIVO					
ACTIVO CONDICIONADO					
a) Extensivos					
Depreciações	606 956\$50				
Desvalorizações	63 594\$10				
	669 550\$60				
O TÉCNICO DE CONTAS					
Luiz Frederico Arouca Marques dos Santos					

### VALORES EXTRA-PATRIMONIAIS

ACTIVO		PASSIVO	
a) Extensivos			
Reintegrações	606 956\$50	606 956\$50	
Amortizações	63 594\$10	63 594\$10	
	669 550\$60	669 550\$60	

#### O TÉCNICO DE CONTAS

Luiz Frederico Arouca Marques dos Santos

### Demonstração da Conta de LUCROS E PERDAS

DEBITO	CREDITO
REINTEGRAÇÕES	VENDAS
— de Instalações	
— de Equipamento Industrial	125 916\$50
— de Equipamento de Transporte	CONSTRUÇÕES EM CURSO
— de Equipamento de Escritório	
	1 206 996\$10
	RESULTADOS DIVERSOS
	48 973\$40
	1 383 476\$00
AMORTIZAÇÕES	
— de Despesas de Organização	
	339 047\$30
ENCARGOS GERAIS	
	413 622\$40
PROVISÕES	
	298 400\$00
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO	
	332 406\$30
	1 383 476\$00
O TÉCNICO DE CONTAS	PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Luiz Frederico Arouca Marques dos Santos	Gen. Eng.º Flávio dos Santos—Presidente

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

#### SENHORES ACCIONISTAS:

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, temos a honra de submeter à apreciação de V. Ex.<sup>as</sup> o nosso parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas da vossa Empresa, relativas ao exercício que findou em 31 de Dezembro de 1973.

Os referidos documentos que foram objecto do nosso exame e conferência traduzem com rigor a situação patrimonial no termo do exercício e referem com clareza a actividade da empresa no ano transacto.

Verificamos e confirmamos, ao longo do ano, todos os elementos da escrita da sociedade, tendo sempre encontrado tudo na melhor ordem e legalidade, o que nos permitiu acompanhar e controlar a sua gestão.

Também notámos que os critérios valorimétricos obedecem aos requisitos fiscais exigidos, em ordem a uma correcta avaliação do património da empresa.

Registamos sempre por parte do Exm.º Conselho de Administração o maior zelo e esforçada actividade na gestão da actividade da empresa,

agradecendo gostosamente as palavras generosas que nos são dirigidas no seu Relatório.

Nestes termos, é nosso parecer:

- 1.º — que aprovelei o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e Contas da Empresa, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1973.
- 2.º — que aprovelei a sua proposta de aplicação de resultados.
- 3.º — que seja exarado um voto de louvor ao Conselho de Administração, pela forma como orientou os negócios da empresa.

Lisboas, 28 de Fevereiro de 1974.

O CONSELHO FISCAL  
Eng.º Alberto Afonso Cavaco — Presidente  
José Ribeiro dos Santos  
António Fernandes Machado

### ACT-CIDLA

Em 6 de Abril, a Cidla enviou aos sindicatos para efeitos de assinatura, o texto final do ACT, dando como limite de prazo o dia 17.

Por ofício de 10, informava que já haviam assinado o acordo os Sindicatos Escri-tórios de Lisboa, Cobradores, Contínuos, Motoristas de Lisboa e Porto, Escri-tórios Coimbra e Construção Civil. Acrescentava que como estes sindicatos representavam muito mais de 50 por cento dos seus empregados, remetia o texto ao I.N.T.P. no dia 18.

O texto apresentado pela CIDLA prevê um período de trabalho de 45 horas para todo o pessoal, com excepção dos empregados de escritório (38,5), caixeiros (48) e contínuos (44).

Na reunião de 11-7-73 a empresa havia proposto 38,5 horas para a totalidade do seu pessoal. Também a reforma por inteiro aos 65 anos não figura no acordo, bem como a produção de efeitos pecuniários a partir de 1-10-73.

Em reunião realizada em 17 do corrente, quinze dos sindicatos que não subscreeveram o acordo apreciaram a situação e a actualização dos sindicatos outorgantes.

O texto final apresenta os nomes de 43 sindicatos, um dos quais, Serviço Social, eliminado.

No caso concreto da CIDLA verificou-se o maior interesse em fazer um acordo que lhe permitisse regular todos os trabalhadores por uma certa bitola favorável

a ambas as partes. Foi um dos acordos que decorreu na melhor ordem, afirmou o presidente dos Escri-tórios de Lisboa em entrevista ao jornal «A Capital», de 9 de Março.

### EMPREGADOS DE ESCRITORIO — METALÚRGICOS

A referência feita no «N. A.» de 13 do corrente à informação aos trabalhadores feita pela 11.ª S. A. «Indústria Metalúrgica» do Sindicato dos Escri-tórios de Lisboa (embora mais virada para a informação escrita do que para reuniões amplas) deu origem ao formacimento das seguintes indicações: foram feitas reuniões com trabalhadores da Siderurgia Nacional (2), SOREFAME (2), CEL-CAT (1), Diogo de Avila (2), sendo o 1.º já em 1974, sector Material Eléctrico (3, sendo 2 em 1974), sector Metalúrgico (2), Fornos Eléctricos, 3 assembleias gerais para todos os trabalhadores da secção (em 1973). Vai realizar-se nova reunião com os trabalhadores da SORE FAME. Paralelamente emitiram-se 90 circulares em 1973 e em 1974 já 25 (das quais só ainda 17 chegaram aos sócios). A informação que nos foi prestada assinala ainda grande número de reuniões em pequenos grupos, bem como com delegados sindicais. A secção abrange cerca de 6000 trabalhadores, dos quais só 3358 são sócios. O elevado número de contribuintes difi-culta a informação aos trabalhadores.

NÓS SOMOS  
J. PIMENTA

POSSUÍMOS  
APARTAMENTOS MOBILADOS

### NOS MELHORES LOCAIS

- LISBOA OLIVEAIS
- QUELUZ MONTE ABRAAO
- CASCAIS E COSTA DO SOL
- PORTO
- FIGUEIRA DA FOZ
- CASTELO BRANCO
- ALGARVE PRAIA DA ROCHA

### Informações:

J. PIMENTA, S.A.R.L.

Sede Social — QUELUZ  
Avenida António Enes, 25 — Telef. 95 20 21/2

LISBOA  
Pr. Marquês de Pombal, 15 — Telef. 4 58 43-4 78 43  
AGENTES EM TODO O PAIS

Cláudio F. Jesus

Vendedor de Automóveis  
Tem para venda

NSU-TT  
FIAT-128  
RENAULT 10

Telfs.: 94 12 01 — 93 76 27

Assine e divulgue "N.A."

### EMPRESA DE VIAÇÃO



Eduardo Jorge, L.P.A

CONCESSIONÁRIA DE CARREIRAS DE PASSAGEIROS

AUTOCARROS PARA ALUGUE • CONSULTE OS NOSSOS PREÇOS

Agência — Rua Jardim do Regedor, 35 Sede — VENDA NOVA • AMADORA

LISBOA • 3 09 71/3

3 97 02 88/9

# vida sindical

## As 44 horas



Nesse ano, as 44 horas semanais foram conseguidas em 8 contratos colectivos na fase de arbitragem, mas tal regalia não chegou a ser homologada. No ano seguinte, a Portaria de Ordenados Mínimos veio fixar em 48 horas semanais o tempo de trabalho dos caixeiros.

A campanha das 44 horas foi animada ultimamente pela Direcção do Sindicato, tendo registado pronta adesão da classe: cerca de 30 mil caixeiros de Lisboa usam já o emblema da campanha, o que nem sempre tem sido bem aceite pelas entidades patronais.

No entanto, mesmo muitas das entidades patronais se têm mostrado favorá-

veis à «semana inglesa». Na Lourinhã, por exemplo, apenas dois dos quarenta e oito estabelecimentos se mostram renitentes.

O facto de 70% dos trabalhadores caixeiros serem mulheres tem dado um particular sentido à campanha. Com efeito, numa sociedade onde a mulher trabalhadora acumula geralmente as tarefas caseiras e o cuidar da família com o seu emprego, a queda da tarde de sábado é uma aspiração particularmente sentida.

No prosseguimento da campanha, vai agora a Direcção do Sindicato e a Comissão das 44 Horas lançar um inquérito às entidades patronais, sondando-as quanto a este problema que tanto interessa não só os 40 mil caixeiros de Lisboa, mas toda a população que mais aproveita numa tarde de sábado sadiamente ocupada que passada na barafunda das compras.

ma reunião de assistentes sociais, realizada no dia 19. Uma outra proposta contempla o plano histórico.

A reunião teve como causa próxima a realização em Lisboa, no mês passado, de um seminário sobre **Reconceptualização do Serviço Social na América Latina**, que lhe deu origem à apresentação de propostas concretas sobre a prática do serviço social em Portugal.

### ARBITRAGEM DOS JORNALISTAS

Os jornalistas tomaram conhecimento, em reunião realizada no seu sindicato no dia 19, das remunerações decididas pela comissão arbitral, que se prevê entrar em vigor em 1 de Maio.

Os aumentos vão de 50 a 100 por cento, tendo a nova tabela sido acordada por unanimidade dos três árbitros.

### TRANSPORTES URBANOS

**Revisão ACT/Metro** — Por despacho do dia 16, foi imposta a negociação conjunta para a revisão do ACT do Metropolitano. Haviam sido entregues à empresa propostas separadas, uma apresentada pelo T. U. L., Electricistas, metalúrgicos, Marceneiros e Construção Civil (que representam 1084 dos 1162 trabalhadores do Metropolitano) e outra subscrita pelos Empregados de Escritório, Técnicos de Desenho, Motoristas e Contínuos.

**Colóquio sobre sindicaismo e contratação colectiva** — A fim de colher sugestões com vista à revisão dos ACT Metropolitano e Carris

e a analisarem-se diversos problemas que afectam os trabalhadores representados pelo Sindicato dos Transportes Urbanos (TUL), realiza-se, amanhã, às 10 horas, na sede deste sindicato, um colóquio.

### BANCIÁRIOS DE LISBOA

Foi adiada para 17 de Maio o julgamento da acção relativa ao prédio alugado pela comissão administrativa para os serviços clínicos.



### VIDRACEIROS DE LISBOA

Numa assembleia geral extraordinária, que durou apenas 30 minutos, realizada no dia 18, o Sindicato dos Operários Vidreiros de Lisboa decidiu alargar o seu âmbito geográfico aos distritos de Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro.

A direcção informou que já prescindira oficialmente do subsídio para renda de casa que vinha a ser concedido há longos anos pela empresa do sector Fábrika Gaivotas, assunto a que nos referimos anteriormente.

### CONGRESSO SINDICAL

O VIII Congresso Sindical Mundial aprovou uma moção saudando os trabalhadores portugueses.

### AINDA A ARBITRAGEM DOS SEGUROS

O prazo para a arbitragem terminava em 15 de Abril, podendo de acordo com a lei ser prorrogado até 15 de Maio.

A decisão arbitral foi homologada no dia 9 (3.ª-feira), sendo a direcção do sindicato informada do facto telefonicamente na 5.ª-feira, às 13 horas. Em virtude do fim de semana prolongado, motivado pela Páscoa, o direcção só na 2.ª-feira seguinte, dia 15, pôde reunir-se com os trabalhadores. Nesse mesmo dia, recebeu um telegrama do director geral do Trabalho, confirmando a homologação.

O árbitro sindical havia requerido a prorrogação do prazo dos trabalhos da comissão arbitral por mais 30 dias.



### METALÚRGICOS — PORTO

No dia 6 realizou-se uma reunião de associados na sede do sindicato, com cerca de 500 presenças.

Foram aprovados telegramas para o delegado do I. N. T. P., no Porto, e para o Ministério das Corporações. Os trabalhadores apoiaram a participação da direcção do sindicato no contraprojecto sobre o estatuto dos delegados sindicais. Foram dadas informações sobre a arbitragem e subscrito um telegrama sobre a posição dos Metalúrgicos.

O custo de vida foi outro dos assuntos apreciados.

### Publicações Sindicais

#### DELEGADOS SINDICAIS

Foi editada pelos sindicatos de Alfaiataria e Costura do Porto, Técnicos de Desenho, Seguros de Lisboa, Escritório e Caixeiros de Santarém, Caixeiros e Profissões Similares de Lisboa, Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, Metalurgia de Braga, Metalúrgicos do Porto, Metalúrgicos e Metal-Mecânicos de Lisboa, Telecomunicações e Radiodifusão, Lanifícios da Covilhã, Serviço Social, Bancários de Lisboa, Bancários do Porto, Pessoal de Voo da Aviação Civil, Indústrias Químicas de Lisboa, Propaganda Médica, Transportes Colectivos e Urbanos de Lisboa, Metalúrgicos de Castelo Branco, Seguros do Porto, Federação Regional do Sul dos Sindicatos dos Caixeiros, Federação Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metal-Mecânicos, Indústria Metalúrgica de Coimbra, Metalúrgicos de Santarém, Metalúrgicos de Leiria, Bancários de Coimbra, Indústria Têxtil de Braga, Escritório e Caixeiros do Puncal e Caixeiros de Braga, uma brochura contendo o documento entregue por um grupo de Procuradores

### À CÁMARA CORPORATIVA ao respectivo presidente.

Também os sindicatos Escri-tórios e Caixeiros de Leiria e Santarém, T.U.L., Seguros, Celheiros, Lanifícios, Indústria Química, Metalúrgicos e Bancários (todos de Lisboa), Propaganda Médica e Serviço Social editaram um documento sobre actualidade sindical.

### Propaganda Médica

#### A HOECHST DENUNCIA DELEGADO SINDICAL

A HOECHST tentou junto do Ministério das Corporações a destituição do delegado do Sindicato da Propaganda Médica, baseando-se no projecto de estatuto dos delegados sindicais enviado pelo Governo à Câmara Corporativa.

Na última reunião dos delegados sindicais foram aprovados telegramas para a Hoechst Portuguesa, Hoechst Alemã e Ministério das Corporações sobre a acção da empresa.

#### DELEGADOS DESPEDIDOS

Os delegados do Sindicato de Propaganda Médica Américo Costa (UNIFA), Correia Dias (FIDELIS) e Delgado Lourenço (LAB) foram despedidos.

#### OS DELEGADOS E A VIATURA PRÓPRIA

O Sindicato tem em curso um inquérito sobre as condições de utilização de viatura própria na actividade profissional.

### Metalúrgicos de Santarém

#### DELEGADO SINDICAL DESPEDIDO

Uma circular do Sindicato dos Metalúrgicos de Santarém (Tramagal) refere o despedimento sem justa causa do seu delegado Armando Augusto Sequeira Faria (Campos) pela Empresa de Transportes CLARAS.

O despedimento teve lugar no dia 11.

No dia 29 de Março os trabalhadores da empresa solicitaram uma revisão de salários.

■ Também a Sociedade Industrial Vilela, Lda, despediu um seu empregado metalúrgico.

### A. C. T. — SORDEIRA

A informação dada no último número sobre o período de trabalho diz respeito aos trabalhadores que hoje tem 45 horas (período que passará para 42 horas em 5 dias, a partir de 1-1-74).

### REUNIAO DO DIA 16

A reunião do sector metalúrgico realizada no dia 16, a que nos referimos no último número, despertou grande interesse entre os trabalhadores, que encheram por completo a sala da Rua do Alecrim.

### PESSOAL DE VOO

Realizam-se na próxima 2.ª feira as eleições do Sindicato do Pessoal de Voo da Aviação Civil.

Apresentam-se duas listas uma proposta pela direcção cessante e outra por um grupo de sócios.

### TELECOMUNICAÇÕES E RADIODIFUSÃO

Realizou-se no dia 19 uma assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão.

Num primeiro ponto foram dadas informações sobre o estatuto dos empregados dos organismos corporativos, cuja impugnação foi feita para o Supremo Tribunal Administrativo. Os sindicatos pagaram já as custas relativas ao indeferimento da suspensão da aplicação do estatuto, pagamento de que só a Ordem dos Engenheiros foi dispensada.

A impugnação própria mente dita aguarda apreciação.

O segundo ponto da ordem de trabalhos tratava da apreciação do projecto de decreto-lei sobre o estatuto dos delegados sindicais enviado pelo Governo à Câmara Corporativa.

A assembleia aprovou uma moção a enviar ao presidente da Câmara Corporativa de apoio ao projecto apresentado por um grupo de procuradores e subscrito por grande número de sindicatos.



## Todos os dias

fazemos um novo jornal, respeitando o passado que o tornou possível e acreditando no futuro que queremos ajudar a construir

# República

Um jornal independente

Uma Indústria do Concelho ao Serviço da Nação

**Indústrias Pereira & Brito, s.a.r.l.**

AMADORA

NAPAS • PERGAMÓIDES • TECIDOS E PAPEIS REVESTIDOS A PLÁSTICO VESTUÁRIO • REPERTELA VET • BANCOS E COIXÕES PNEUMÁTICOS • EMBALAGENS DE POLIETILENO

pêbê • cyclone • Repimpa • TexCafé • CHUVISCO



# n.a. - regional

## VIVER EM BARRACAS

Reportagem de: JOAQUIM MANUEL

Viver em barracas é a última solução para um chefe de família cujo ordenado não está compatível com o custo de vida. E o custo de vida está cada vez mais difícil de acompanhar pelo vencimento de um operário médio.

Por isso os «bairros de lata» não deixam de crescer acompanhando silenciosamente a alta do custo de vida. Mas, embora silenciosos, os seus habitantes continuam esperando que lhes seja dada uma oportunidade. A de terem direito a habitação condizente com a sua condição de seres humanos.

Enquanto isso continuam vivendo em condições que, hoje, muitos desses animaizinhos de estimação de

certos personagens se negariam ter.

Na Amadora, que escolhi por ser o exemplo mais flagrante, existem cerca de 6000 barracas<sup>1</sup>. Nelas vivem aproximadamente 15% (24 000 habitantes) da totalidade dos moradores da Amadora. Desse 24 000 «marginais», 1850 têm menos de três anos, 2000 têm idades compreendidas entre três e seis anos, outros 2000 entre os seis e os dez anos e 1500 não alcançaram ainda os 14 anos<sup>2</sup>.

Que será destes jovens quando adultos com uma educação deficiente e sem possibilidades para alcançar uma posição profissional satisfatória? Continuarão vivendo em barracas?

sa própria «casa»; porém, espero poder em breve mudar para algo melhor. O ordenado que ganho não é mau, mas sendo apenas eu a trabalhar e com os preços das casas, não sei se poderei juntar algum. As rendas estão demasiado altas. — Disse-nos por fim.

Conheci depois o José Manuel Correia Vitorio que respondeu às minhas perguntas deste modo:

—Sou assentador de estores e ganho 100\$00 por dia. Porém nem sempre te-

ngo trabalho.

Tenho dois filhos um com dois anos e outro com oito meses.

Estou cá há pouco tempo. Cheguei há oito dias de Angola e tive de vir para aqui. Aluguei uma barraca. Não sei se poderei mudar, o ordenado que ganho dificilmente chega para a alimentação.

Não! Não concorri a nenhuma casa económica. Para quê?

Com estas duas respostas deixei o improvisado



campo de futebol e fiz o reconhecimento do bairro. Sentado à sombra de uma das «habitações», fui encontrar um senhor a quem me dirigi.

—Como se chama — perguntei.  
—João Teixeira, e em resposta a outra pergunta — Tenho 74 anos e vivo aqui há sete. Na província, de onde vim, já vivia numa barraca mas aquilo era outra coisa. Tinha a minha terra. Pouca, mas dava para ir vivendo.

Irreflexivamente, perguntei-lhe se trabalhava. — Com isto (mostrou-me duas muletas em que eu já deveria ter reparado) como quer que eu trabalhe? Não posso, nem recebo qualquer subsídio quer de velhice quer de invalidez!

—Vive sozinho?  
—Não, estou com as minhas filhas, todas casadas. —Você já aqui vive há algum tempo pode dizer-me o que tem sido feito pelo bairro? Vivem aqui muitas famílias. Já alguém pensou transferi-los para um bairro económico com condições?

— Com a minha idade já não me importa viver onde estou. Os novos sim, esses merecem coisa melhor. Houve um tempo que quiseram pôr-nos daqui para fora, Porém não nos davam casa. Agora já está melhor. Já cá temos água canalizada e, ultimamente, graças ao sr. administrador do Bairro Administrativo de Queluz, andam a montar luz eléctrica. Até aconteceu uma coisa curiosa sabe? Por causa dos constantes pedidos que fazia quiseram pô-lo «na rua». Mas ele foi falar com o presidente e ficou.

Disse-lhe que o administrador a que se referia, o sr. Eduardo Rodrigues Cardoso, já não era o titular desse posto. Demitira-se, ao que se diz.

— Pois olhe que ainda não há dois meses ele esteve cá com uma vasilha de leite.

Até o entregou a uma das minhas filhas para que o distribuísse na escola.

— Vocês têm cá escola?  
— Temos. É aquela casa de cimento armado — Apontou para o local. — Até lá vai o padre da Amadora todas as semanas dar missa.

— O senhor já alguma vez concorreu a uma dessas casas económicas de que fazem tanta publicidade,

— Eu não, mas uma sobrinha minha já o fez e, olhe, aconteceu uma coisa engraçada. Pouco depois de lá viver encontrou uma casa com renda mais barata que as do bairro económico.

Olhe, lembrei-me agora que apareceu cá uma vez um homem. Era um desses construtores lá do norte. Disse-nos que queria fazer um bairro de casas económicas para vivermos e fez um pedidório em quase todas as barracas. Uns deram dinheiro outros não. Bem fizeram eles pois o homem ficou-se com o dinheiro e nunca mais ouvimos falar dele.

Por isso digo que sempre é melhor deixarem-nos sossegados. Aqui fazemos as nossas «casas» e vivemos o melhor que nos é possível. Temos até um senhor que nos dá a madeira fiada. Nós, depois, pagamos-lha quando podemos.

<sup>1</sup> 2 — Elementos tirados da recente exposição sobre a Amadora.

Numa destas tardes de domingo decidi-me por visitar o aglomerado de barracas da Amadora. Estava bom tempo e fui encontrar os seus habitantes num dos extremos assistindo a um jogo de futebol. Homens e rapazes todos a uma, formavam as duas equipas que se defrontavam sob os olhos atentos de um árbitro com apito e tudo. A massa espectralora era formada especialmente por mulheres.

Para não interromper o desafio procurei de entre

os espectadores um chefe de família, menos interessado pela competição, com quem falei. O primeiro, José Monteiro, disse-me ser carpinteiro de profissão e ganhar diariamente 180\$00. É natural de Lisboa e só há pouco tempo conseguiu aquela posição, motivo por que se vê constrangido a viver numa barraca com os seus dois filhos de três e sete anos e sua mulher.

—Vivo numa barraca arrendada. Cada vez se torna mais difícil construir a nos-

## Insulana Águas de Mesa, S. A. R. L.

### Relatório e Contas do exercício de 1973

#### RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Conforme as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório, Balanço e Contas relativos ao exercício de 1973.

Pelos motivos já expostos nos Relatórios anteriores, a nossa actividade neste exercício limitou-se apenas à conservação da propriedade da nossa sociedade.

Quando à evolução da situação financeira, nenhuma alteração significativa se processou relativamente à sua composição activa e passiva.

Para o resultado do exercício, que adicionado do saldo de 1972 apre-

senta um saldo devedor de 597 891\$12, proponho que transite para Conta Nova.

Para o Conselho Fiscal vão os nossos melhores agradecimentos pela valiosa cooperação que sempre nos prestou no decorrer do exercício.

Alfagade, 23 de Janeiro de 1974

O ADMINISTRADOR

Presidente — João António Teixeira de Sousa Seridão

#### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ACTIVO		PASSIVO	
CONTAS DE RELAÇÕES COM TERCEIROS		CONTAS DE RELAÇÕES COM TERCEIROS	
Devedores Diversos	800\$00	Credores Diversos	274 440\$03
CONTAS DE EXISTENCIA		SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA	
Taras em Armazém	1 447\$50	CAPTAS PROPRIOS	
CONTAS DE VALORES IMOBILIZADOS		Capital	750 000\$00
Propriedades e Pontes	422 302\$21		1 024 440\$03
Móveis e Maquinaria	1 599\$20		
	424 301\$41	CONTAS DE ORDEM	
SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA		Cauções Estatutárias	10 000\$00
RESULTADOS			1 034 440\$03
Saldo de 1972	589 468\$12	O ADMINISTRADOR	
Resultado de 1973	8 423\$00	João António Teixeira de Sousa Seridão	
	597 891\$12	PARECER DO CONSELHO FISCAL	
	1 024 440\$03	Senhores Acionistas:	
CONTAS DE ORDEM		Durante o exercício, procedemos com regularidade à verificação das contas que sempre encontramos em devida ordem, nunca nos tendo sido negado o esclarecimento da Administração quando solicitado.	
Valores em Caução	10 000\$00	Os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma correcta determinação dos resultados, pelo que merecem o nosso acordo.	
	1 034 440\$03	Verificámos ainda que os elementos de contabilidade traduzem a situação da Empresa e que o balanço e a demonstração do resultado do exercício dão satisfação às disposições legais e estatutárias.	
O DIRECTOR ADMINISTRATIVO		Com o agradecimento ao Conselho de Administração pelas palavras amáveis com que fomos distinguidos no Relatório somos de	
Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel		que aprovei o Relatório, Balanço e Contas, assim como a proposta para aplicação do saldo do exercício.	
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA «RESULTADO DO EXERCÍCIO»		Alfagade, 10 de Fevereiro de 1974	
CUSTOS		O CONSELHO FISCAL	
Encargos Gerais	7 668\$00	Fernando Cortez Pizarro — Presidente	
Contribuições e Impostos	753\$00	José Eduardo Pereira Rodrigues	
Saldo de 1972	589 468\$12	Mámet Almeida Abecassis	
	597 891\$12		
AGRUPAMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS PELA SUA NATUREZA			
PROVEITOS			
Saldo de 1973	597 891\$12		
	597 891\$12		
CUSTOS			
Saldo de 1972	589 468\$12		
Remunerações e Outros Encargos com o Pessoal	3 544\$40		
Encargos Fiscais e Parafiscais	753\$00		
Encargos Diversos	4 120\$60		
	597 891\$12		

### PINTURAS

De andares e prédios

Tel. 84 19 76

Apartado 2 136

LISBOA-2

### Livraria ISIS

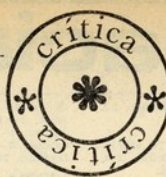
Livros antigos • Gravuras antigas • Moedas • Posters • Livros e Revistas  
Artigos de Papelaria e usados

### João Fausto Miranda

Especialista Partos e Doenças de Senhoras  
Consultório: R. D. José I, 47, 1.º Esq. — REBOLEIRA  
CONSULTAS:  
Segundas, quartas e sextas-feiras, das 17.30 horas às 20 horas

### Mário C. Diniz

MÉDICO  
CLÍNICA MÉDICA  
R. Pedro del Negro, 1.2.º E  
☎ 93 56 87 REBOLEIRA  
Dias úteis: 17 - 20 h  
Chamadas nocturnas  
☎ 74 23 32



Assim, dos quatorze quadros (reduzidos após a saída de Helena Segal) apenas «Festival da Chao Chao» e «Chá das Cinco» se destacam pelo sentido de composição dos respectivos intérpretes e por um bom trabalho de imitação e observação, visando uma manifestação tão vulnerável e desacreditada (o primeiro) e o cuidado posto nos «travestis» (receita sempre infalível e segura) no segundo. «O Pesquisador» e «Canto da accidental praia», não passam da mera anedota não corrosiva, enquanto «A Porteira» e «Quando o telefone toca» vivem apenas do muito saber de Aida Baptista e Rui Mendes que conseguem algum interesse e vida para textos dos mais pobres que temos visto ultimamente em revista. De destacar o trabalho de Maria Tavares em «O Anjinho» que nos prova, uma vez mais, ter méritos para mais se para tal lhe for dada a necessária oportunidade. Aliás, o que salva uma revista onde os únicos quadros com interesse continuam a ser os iniciais é o excelente trabalho de uma equipa onde os «segundos planos» demonstram qualidades que há que apoiar e desenvolver. Luís Mascarenhas, Carlos Gonçalves, Maria Tavares e Fátima Severino podem vir a ser «grandes» e «primeiros» nomes de um género tão escasso em novos valores.

## Das «Cartas de Soror Mariana» até ao «Tudo a nu» com Parra Nova

«As Cartas de Soror Mariana Alcoforado» atribuídas à religiosa portuguesa de Beja, do século XVII, constituem uma das



sentadas de novo, entre nós, numa encenação do espanhol, radicado em França, José Valverde, a fechar o ciclo de Teatro Francês, este ano promovido pelo Grémio Literário.

Texto de difícil teatralização e extremamente rico em toda uma amplitude de sentimentos e horizontes cerrados de uma jovem que apenas, por breves momentos, conheceu a plenitude do amor, foi-nos apresentado numa encenação estática em que se deixou o lugar de relevo à palavra e à voz da comediante. Renunciando a extrair e pôr em evidência as implicações socio-lógicas, políticas e psicanalíticas de um personagem fascinante que é, de certo modo, um emblema da sua época (o que daria outra repercussão ao espectáculo) José Valverde optou por uma linha de severidade extrema, uma leitura interpretativa das cinco cartas, tomando as palavras e os sentimentos que estas exprimem como valor absoluto e da exclusiva atenção e trabalho do encenador. Assim se terá perdido a oportunidade de abordar o contexto e a perspectiva sócio-cultural de uma figura tão curiosa e importante, representante de uma época conturbada da história europeia. Centrada que foi a encenação no texto, sendo preteridos os aspectos significativos deste, é todo um trabalho das estruturas e composição fonética das palavras, dos sentimentos que estas exprimem, da música que encerram como se de uma sinfonia em cinco andamentos se tratasse que José Valverde vai trabalhar até à exaustão. Dai a imobilização de Micheline Ulizan, a luz branca que lhe ilumina o rosto, estabelecendo

um contraste com o negro conventual do seu hábito, a exacta medida dos ritmos das palavras e das frases, o explorar total dos recursos de uma voz que se constitui ela própria como o centro da atenção magnética da plateia.

Poucas vezes nos terá sido dado assistir a um tão desusado domínio da voz, comprovador de uma apurada técnica e forte sensibilidade, tão rica em registos, de uma enorme amplitude, sabendo explorar tão inteligentemente as suas várias tonalidades desde os graves da decepção e da amargura até ao grito do animal ferido que apesar de tudo ainda espera. Esta uma Mariana dilacerada entre o memória e um futuro impossível, entre o desespero e um platonismo possível e desejado, um notável trabalho de estudo sobre a progressão psicológica de um texto e suas situações em conjugação com uma exploração e aproveitamento inusitado da arte de dizer que faz com que a voz se transforme em instrumento musical polyvalente, total e insuspeitado.

Em relação a «Tudo a Nu» agora «Com Parra Nova», revista de Mário Alberto, Francisco Nicholson e Gonçalves Preto, a que alguns números novos, debruçados sobre situações recentes, vieram possibilitar (como é costume nestas andanças) mais alguns meses no cartaz, enquanto se prepara novo original. Muito poucas vezes este refundir uma revista de sucesso com alguns meses de carreira no cartaz dá resultados positivos, obtendo-se apenas alguns remendos velhos em «tecidos» que se pretende fazer durar.

bras-primas da epistolografia amorosa universal. Tentar a sua teatralização (já feita entre nós por Norberto Barroca, na Casa da Comédia, com Manuela Machado na protagónica) é tarefa difícil. Agora foram repre-

# crítica televisão

Correia da Fonseca

## A Televisão (1)

Há os que defendem a TV que existe, invocando a impossibilidade de fazer melhor dada as limitações de vária ordem que ela enfrenta. Há os que atribuem todas as intervenções críticas ao mal dissimulado desejo de ver a Televisão ao serviço da destruição de certos valores. E preciso dizê-lo: são falsos argumentos.

Um exemplo muito próximo no tempo, chegado exactamente quando enunciamos este texto: «Almanaque», rubrica da hora do almoço, anuncia que, por esta vez, interromperá «as digressões históricas que, como é óbvio, suscitam o maior interesse de todos os portugueses de lei». Trata-se de um típico exemplo do estratagema que tenta servir-se dos «grandes valores» para ficar ao abrigo da crítica inevitável. Acontece que «Almanaque» tem vindo a servir-nos informações históricas segundo um esquema tosco de informação que já nem se usa na escola primária. Acontece que, como agravante, utiliza para base dessas emissões um punhado de gravuras sem méritos estéticos ou televisivos. É claro que o re-

sultado é confrangedor. E que a crítica, se dá alguma atenção à rubrica, não pode deixar de lhe apontar a pobreza.

Para se justificar (aos olhos alheios e também aos seus próprios), basta vir insinuar que quem não gosta não é «português de lei».

A crítica não gosta de «Almanaque». Pois é por ser antinacional: vai-se sobre ela e denuncia-se. Não há outra explicação possível pela rejeição daquelas digressões históricas tão apetitosas, tão compêndio elementar dos anos-trinta, de um nacionalismo que se mete pelos olhos dentro. E assim conquista «Almanaque» o direito de continuar a ser inepto, ridículo, ineficaz.

É claro que um mínimo de boa-fé levaria «Alma-

naque» a reflectir um pouco. A lembrar-se de que a crítica apreciou devidamente e aplaudiu as «digressões históricas» de José Hermano Saraiva em «O Tempo e a Alma». A perceber que o velho argumento de que «quem não é do Benfica não é bom chefe de família» não pode ser utilizado a torto e a direito.

### ACIMA DO NÍVEL ZERO

O aspecto que mais nos interessa, porém, é a verificação de que José Hermano Saraiva provou que, mesmo no interior de um tema cheio de melindres ideológicos, é possível uma televisão de qualidade, que se dirige à inteligência do público, que suscita o interesse e a admiração gerais. Nunca Hermano Saraiva se lembraria de sugerir que quem não lhe aplaudisse a rubrica não seria «português de lei»: bem pelo contrário, sempre teve pela crítica palavras cheias de serenidade e

justiça, mesmo quando defrontou objecções vivas. Mais ainda, e mais importante: o que é impossível lembrar é que, depois de «O Tempo e a Alma», não há na Televisão portuguesa legítimo lugar para banalidades presumidas como este «Almanaque», que passaria de todo o desaparecido se não fora o situar-se numa zona de tão grande mediocridade que acabou por dar nas vistas.

Resta saber se, depois de «O Tempo e a Alma» estamos forçosamente condenados à total mediocridade em matéria de rubricas de carácter histórico. O mesmo é dizer: resta saber se, na ausência de Hermano Saraiva, não há mais ninguém neste País capaz de vir à televisão para fazer um trabalho de algum modo semelhante com dignidade, interesse e satisfatório nível cultural. Ninguém capaz de dar aos telespectadores uma visão inteligente da História do povo português sem que, por isso, possa temer-se a violação das regras de prudência ideológica que a RTP não quer infringir, como aliás se compreende. Não é preciso grande optimismo para responder que sim. Que acima do nível zero a que se situa «Almanaque» haverá muita gente capaz de fazer um trabalho que não seja indigente (isto é, ridículo) nem fanático (isto é, destituído da menor credibilidade).

O que acontece, pois, é que também neste aspecto a programação da R.

T. P. está muito longe da televisão imediatamente possível. O que acontece é que também aqui a Radiotelevisão Portuguesa, à força de desambiguação ou de inércia, se dispensa de contribuir para o esforço de autêntica promoção cultural que o País exige por razões que todos conhecem e ninguém tenta ne-

gar. No fim de contas, tudo é mais simples do que parece: cabe à R. T. P. chamar à sua colaboração os melhores nomes que se encontrem disponíveis. Cabe-lhe criar as condições que permitam a sua colaboração e destruir os obstáculos (tantas vezes artificialmente empolados) que se lhe opõem.

## cinemas

**in teatrolido**

Sábado, 28 (às 21:30); Domingo, 29 (às 15:30 e 21:30); Segunda, 29 (às 21:30); AS ORDENS DE VOSSALENCIA - Com Cantinflas - 14 anos.  
Domingo, 28 (às 18:30); O PEQUENO BANHISTA - 10 anos.  
Terça, 30; Quarta, 1 e Quinta, 2 (às 21:30); O MISTERIOSO MR. MCCINTOSH - 18 anos.  
Sexta, 3 (às 21:30); Variedades com NILTON CESAR - 10 anos.

**ESTÚDIO - (LIDO)**

Sábado, 27; Domingo, 28 (às 18:30 e 21:45) e Segunda, 29 (às 15:30 e 21:45); A BALADA DO SOLDADO - 14 anos.  
Sábado, 27 e Domingo, 28 (às 15:30); O PEQUENO BANHISTA - 10 a. Terça, 29; Quarta, 1 e Quinta, 2 (às 21:45); AS ORDENS DE VOSSALENCIA - 14 anos.  
Sexta, 3 e dias seguintes (às 21:45); QUANDO PASSAM AS CEGONHAS - 18 anos.

**RECREIOS DESPORTIVOS**  
R 93 01 19

Sessões às 21.15  
Domingo e feriadas matinées às 15.15 horas

Sábado, 27 - OS OLHOS DA NOITE - 14 anos.  
Domingo, 28 - AS DUAS RAINHAS - 14 anos.  
Segunda, 29 - SEITA DE VAMPIROS - 18 anos

Terça, 30 - UM HOMEM E UMA MULHER - 18 anos.  
Quarta, 1 - A CHAVE DO CINTO DA CASTIDADE - 18 anos.  
Sexta, 2 - O HOMEM COM DUAS CABEÇAS - 18 anos

**D. JOÃO V (Damaia)**

Sábado, 27 (às 15:00); TARZAN EM NOVA IORQUE - 6 anos.  
Sábado, 27 (às 21:30); MELODY - 14 anos.  
Domingo, 28 (às 15:00 e 21:30); A AVENTURA DO POSEIDON - 10 anos.  
Segunda, 29 (às 21:30); ADEUS AMIGOS - 14 anos.  
Terça, 30 (às 21:30); SEITA DE VAMPIROS - 18 anos.  
Quinta, 2 (às 21:30); UM FANTASMA DE BIRINI - 14 anos.  
Sexta, 3 (às 21:30); BIGS BOGS - 18 anos.

**STADIUM (Algés)**

Sábado, 27 (às 17:30); OS FILHOS DO DESERTO - 6 anos.  
Sábado, 27 (às 21:30); Domingo, 28 (às 15:15 e 21:30) e Segunda, 29 (às 21:30); A NOITE AMERICANA - 14 anos.  
Domingo, 28 (às 18:30); A CARGA DA POLÍCIA MONTADA - 10 a.  
Terça, 30 e Quarta, 1 (às 21:30); DERAM-LHE UMA METRALHADORA - 18 anos.

**CINEMA DE QUELUZ**

Sessões às 21.15  
Matinées aos domingos e feriadas, às 15.15 horas

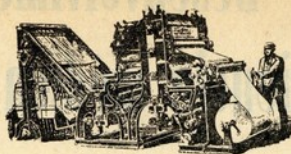
Sábado, 27 - UM DIA NA VIDA DE IVAN DENISOVICH - 14 a.  
Domingo, 28 - OS MALUCOS DO ESTÁDIO E A MORTE ESPREITADA - 18 anos.







# O papel...



No passado dia 21 de Março, e conforme referimos no nosso número da passada semana, o deputado Dias das Neves falou em São Bento de um assunto que, atingindo directamente a Imprensa, atinge afinal toda a vida do País: as indústrias de celulose e de fabricação do papel. A questão, deves preocupante, tem sido largamente abordada nas páginas de alguns jornais, nomeadamente no «N.A.». Com outros do discurso daquele deputado e outros elementos voltamos a abrir o dossier «O Papel e a Pasta».

A partir do início do 2.º semestre de 1973 o fornecimento de pastas de celulose à indústria nacional de fabricação de papel começou a ser feito com irregularidades e anomalias que obrigaram algumas unidades fabris a suspender por períodos mais ou menos longos a sua laboração nos meses de Outubro a Dezembro, por falta de matéria-prima, e outras se viram obrigadas a alterar os seus fabricos ou, o que é pior, a adulterar a qualidade dos seus produtos.

Neste momento, é do meu conhecimento que dentro de breves dias irá acontecer igual fenómeno, principalmente porque os fabricantes de celulose resolveram não fabricar pastas Kraft de pinho branqueado, com o fundamento de que não conseguem obter no mercado madeira de pinheiro necessária para entrar em laboração.

Em face destes acontecimentos e da sua repetição possível, surge-nos duas perguntas:

1) Então uma indústria altamente protegida, como a da celulose, por um condicionamento apertado, não tem obrigação de abastecer as indústrias nacionais dela dependentes em matéria-prima?

2) É verdadeiro ou falso o fundamento — não existência de madeira no mercado — invocado como razão para não fornecer pastas de pinho branqueado?

Em relação à primeira pergunta, creio que a resposta não poderá deixar de ser afirmativa, sob pena de se criar uma situação imoral de vender aos estrangeiros matérias-primas que produzimos no País, obrigando depois a indústria nacional a adquirir-las nos mercados internacionais.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Em relação à segunda pergunta, são as estatísticas que nos vão dar a resposta.

Reportando-me a dados estatísticos fornecidos pela Secção de Celulose e Aglomerados de Madeira da Associação Industrial Portuguesa de Dezembro de 1973, podemos verificar que, em relação à madeira de eucalipto, tendo em conta as autorizações de fabricação de pastas concedidas ultimamente, toda a produção de madeira, de 1 000 000 st, sendo o restante consumido distria de celulose e sê-lo-á igualmente até 1985, segundo projecções realizadas até esta data.

Em relação à madeira de pinheiro, cuja produção actual é de 7 000 000 st, deixando disponíveis para a indústria de celulose 2 300 000 st, tem esta um consumo actual de 1 000 000 st, sendo o restante consumido pelo fabrico de aglomerados, serrações e outras, num total de 6 000 000 st, o que ainda permite um saldo favorável de 1 000 000 st.

Até 1980, pelas projecções realizadas, a produção de madeira satisfará o consumo, mas a partir desta data haverá deficit da matéria florestal.

A resposta desta estatística é, pois, posterior também, excepto, a partir de 1890, para a madeira de pinheiro, que não satisfará as necessidades, a reclamar imediatas e sérias medidas para uma plantação intensa e eficaz desta espécie florestal.

Não parece, pois, verdadeiro o argumento da indústria de celulose, que não consegue obter madeira de pinheiro no mercado.

O que certamente acontece é que ou não dispõem de um serviço de abastecimento de matéria-prima, ou, dispondo deste, não é eficiente, nem tem o dinamismo necessário para concorrer com as outras indústrias que utilizam a madeira, pois sabemos estar neste momento ainda a exportar-se grandes partidas de madeira em natureza, para alimentar indústrias de celulose estrangeiras.

A CELBI (Celulose Beira Industrial, S.A.R.L.), publicou entretanto o relatório e contas do seu exercício de 1973. Empresa do grupo C.U.F., a CELBI tem ligações ao Banco Totta & Açores, à Companhia de Seguros Império, à Sogefi, à Billerud (empresa sueca) e à Madelper (empresa de abastecimento de madeiras por sua vez ligada aos grupos Espírito Santo e Champalimaud).

Terceira entre as 100 firmas com maior volume de exportações, a CELBI afirma no relatório assinado por Jorge de Mello, André Gonçalves Pereira, etc.:

O volume de vendas, em 1973, atingiu um

Ora, isto é que me parece ser necessário evitar, custe o que custar, que estejamos a exportar madeira em natureza, como se procede neste momento, apenas com a mira do lucro, que provoca uma alta de preços porventura insuportáveis para a indústria de celulose nacional, cujos preços de venda às fábricas nacionais foram fixados pela Portaria n.º 831/73, de 22 de Novembro.

Acontece, também, que, por despacho de S. Ex.º o Secretário de Estado do Comércio de 5 de Janeiro último, foi garantido o abastecimento da indústria de papel nacional através da reserva de um contingente de 125 000 t de pasta, segundo um esquema que prevê, além de outros, o fornecimento de 38 500 t de Kraft de pinho branqueado, cujo consumo estaria assegurado por contratos celebrados com as fábricas de papel e que as fábricas de celulose dizem não ter possibilidade de cumprir pelo invocado motivo de falta de matéria-prima.

Que se vai passar então?

a) Irão as fábricas de papel para uma vez mais por falta de pasta de pinho branqueado, com todos os inconvenientes de ordem económica, política e social? Ainda com todos os reflexos num sector no qual se vem fazendo um esforço notável de apetrechamento e valorização para competir no estrangeiro e evitar importações?

Não será este procedimento da indústria de celulose uma recusa de fornecimento de pastas previsto no n.º 6 da Portaria n.º 831/73?

b) Irão as fábricas de papel adulterar as qualidades dos seus produtos, quando todos os sectores económicos estão procurando a qualidade?

c) Ou serão impedidas de cumprir os seus contratos para o mercado interno e externo, com todos os inconvenientes daí resultantes, já que sem a pasta de pinheiro não é possível fazer papel em condições?

Deixo estas interrogações a quem de direito, por me parecerem dignas de reflexão, já que estão em jogo os interesses de um sector industrial da maior relevância e o interesse geral do País, que tem de sobrepor-se a quaisquer interesses individuais ou sectoriais e que temos de defender custe o que custar.

(«Diário das Sessões» de 22 de Março de 1974)

# ...e a pasta

total facturado da ordem dos 817,6 mil contos.

Em relação ao ano anterior verifica-se, assim, um aumento de valor de cerca de 15 por cento.

As vendas encaminharam-se principalmente para o mercado externo, sendo cerca de 85 por cento para os países da EFTA e do Mercado Comum e 6 por cento para outros mercados.

As vendas no mercado interno subiram ligeiramente em relação ao ano anterior, tendo atingido 14 770 toneladas, o que representa 9 por cento do total vendido.

Após dedução para amortizações e pro-

visões para impostos o lucro líquido cifra-se em 33,4 mil contos para 1973, em comparação com 44,6 mil contos atingido em 1972.

A diferença em relação ao ano anterior está fundamentalmente ligada à necessidade de ajustar a política de amortizações. Efectivamente, embora não atingindo os máximos permitidos por lei, tornou-se necessário aproximar estes valores dos que são tecnicamente aconselháveis em termos actuais. Por outro lado, e apesar do aumento significativo do valor líquido das vendas, sofreu ainda a consequência do desequilíbrio cambial reinante em 1973, que reduziu o efeito da subida do preço das pastas.

Os investimentos efectuados pela Empresa em 1973 (em terras, construções, equipamentos, etc.) atingiram um valor total da ordem de 46,8 mil contos. A maior parte destes investimentos consistiu na aquisição de propriedades florestais e em plantações, de acordo com o plano de investimento a longo prazo.

## Conjunturas

Estamos a viver períodos classificados já governamentalmente como de «vacas magras», com o que a esmagadora maioria da população portuguesa estará de acordo. Com efeito, à magreza tradicional dos orçamentos familiares têm-se juntado, nos últimos anos, dificuldades definidas de «conjunturas» e de «carácter universal» — como a inflação e o aumento estrondoso do preço das matérias-primas — e condicionalismos a que poderíamos chamar de «nacionais» — como a morosidade dos salários em acompanharem a desvalorização da moeda e o aumento do custo de vida, e o recurso à liberalização dos preços de certos produtos «como solução para que estes apareçam no mercado». Assistimos assim ao aumento constante dos produtos de primeira necessidade: alimentação, sabões e detergentes, rendas de casa, combustíveis, etc.

Em Abril de 1973, segundo um estudo do IPOPE, «três quartas partes das famílias portuguesas dispunham de menos de 3 500 escudos mensais, um quinto entre

3 500 e 6 500 e apenas cerca de um décimo mais que isso». Entretanto estatísticas da OCDE referentes ao mesmo ano colocavam Portugal nos primeiros lugares da lista dos países europeus com mais elevada taxa inflacionária.

A esta situação se têm referido os diferentes membros do governo pedindo ao povo português «sangue-frio» (M. da Economia e Finanças em Janeiro); «menos

exigências nas reclamações» (Presidente do Conselho, em 6 de Fevereiro); «mais afino no trabalho» (M. das Corporações, uma semana mais tarde) e «autodisciplina e paciência» (M. da Agricultura e Comércio em Março).

Entretanto começaram agora a aparecer, na imprensa diária, os resultados dos exercícios da actividade bancária referente a 1973: por exemplo, o relatório e contas do Banco Pinto de Magalhães apresentava um quadro da evolução em milhares de contos, daquela instituição bancária. No que se refere a lucros, estes passaram de 10,5 (milhares de contos) em 1970 para 14,9 em 1971, 24 em 1972 e 86,3 em 1973 (mais de 800 por cento de aumento...!)

(in Seara Nova de Abril de 1974)

## Para a História do Sindicalismo em Portugal

ALEXANDRE VIEIRA

COLEÇÃO SEARA NOVA

PREÇO: 75500



SEARA NOVA

FRIGORÍFICOS EM CHAPA ESMALTADA DESDE 2.790.000 TV  
MÁQUINAS DE LAVAR COM 2 CANAIS DESDE 3.600.000

GAS MOBIL ELECTRODOMÉSTICOS

DIGAS AMADORA • ALGÉS • DAMAIA • VENDA NOVA